

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.338 - PE (2019/0233334-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**
ADVOGADOS : **KYARA AMORIM MAIA THORPE - PE022257**
 : **PAMILLA CORREIA DE ARAUJO FELIX - PE031256**
AGRAVADO : **ANA CAROLINA DE MENEZES GOUVEIA DE BARROS**
AGRAVADO : **A S DE M G DE B (MENOR)**
AGRAVADO : **C G DE B - POR SI E REPRESENTANDO**
ADVOGADO : **CRISTIANE GOUVEIA DE BARROS - PE008074**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu o recurso especial interposto por MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco assim ementado:

"EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO DE VIDA. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO RECUSADO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADA. ALEGAÇÃO DE DOENÇA PREEXISTENTE NÃO DECLARADA PELA SEGURADA. MÁ-FÉ DA SEGURADA QUE NÃO SE PRESUME E NÃO FOI PROVADA. QUESTIONÁRIO DE SAÚDE GENÉRICO. SEGURADORA QUE NÃO EXIGIU PRÉVIO EXAME MÉDICO. COBERTURA SECURITÁRIA DEVIDA. PRECEDENTES NESSE SENTIDO. SÚMULA TJPE 29. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Preliminar. Não há cerceamento de defesa quando o julgador, ao constatar nos autos a existência de provas suficientes para o seu convencimento, indefere pedido de produção de prova. Cabe ao juiz decidir sobre os elementos necessários à formação de seu entendimento. Rejeitada.

2. Firme o entendimento desta Corte, de que a não realização de exames prévios de admissibilidade do contratante ao plano de seguro implica a assunção de risco pela seguradora e, consequentemente, sua responsabilização por eventual sinistro, salvo no caso de má-fé do segurado. Súmula 29.

3. Apelação improvida.

4. Decisão unânime" (fl. 919 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a agravante sustenta, além da divergência jurisprudencial, as seguintes violações, com suas respectivas teses:

(i) art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 - omissão no acórdão recorrido;

(ii) arts. 369 e 375 do CPC/2015 - cerceamento de defesa pelo indeferimento da produção de provas e

Superior Tribunal de Justiça

(iii) arts. 422, 757, 765 e 766 do Código Civil - a documentação juntada pela recorrente não deixa dúvidas de que a recorrida agiu com má-fé ao preencher o questionário a respeito de doenças preexistentes, pois tinha consciência dos seus problemas de saúde.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria com contrarrazões às fls. 1.151/1.165 e-STJ.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Quanto ao artigo 1.022 do CPC/2015, registre-se que a negativa de prestação jurisdicional nos embargos declaratórios somente se configura quando, na apreciação do recurso, o Tribunal de origem insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi.

Não é o caso dos autos.

Com efeito, as instâncias ordinárias enfrentaram a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

Outrossim, impende asseverar que cabe ao julgador apreciar os fatos e provas da demanda segundo seu livre convencimento, declinando, ainda que de forma sucinta, os fundamentos que o levaram a solucionar a lide.

Desse modo, não há falar em deficiência de fundamentação da decisão o não acolhimento de teses ventiladas pela recorrente, mormente se o acórdão abordar todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 489 E 1.022 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. INOVAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. ATO CONCRETO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE ANÁLISE DE PORTARIA. MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE APRECIAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. TITULARIDADE DO ADVOGADO

Superior Tribunal de Justiça

PÚBLICO. LEI 13.327/2016. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/2015, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal a quo apreciou a demanda de forma clara e precisa.

2. É vedado, em sede de agravo interno, ampliar-se o objeto do recurso especial, aduzindo-se questões novas, não suscitadas no momento oportuno, em virtude da ocorrência da preclusão consumativa.

3. A prescrição da pretensão, por ser de reenquadramento funcional, atinge o próprio fundo de direito e está em sintonia com a jurisprudência firmada no âmbito deste e. STJ.

4. A via especial é inadequada para análise de Portarias, Resoluções, Regimentos, ou qualquer outro tipo de norma que não se enquadre no conceito de Lei Federal.

5. Os honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais pertencem ao advogado público.

6. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 801.104/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/10/2016, DJe 13/10/2016 - grifou-se).

Quanto às alegações de cerceamento de defesa e existência de má-fé por parte da segurada, ao fundamento de que as doenças da agravada eram preexistentes, o acórdão recorrido foi fundamentado nos seguintes termos:

"Na espécie, ficou consignado na sentença recorrida a desnecessidade da produção de prova pericial, por entender o douto magistrado que competia à seguradora a realização do exame prévio de admissibilidade da contratante, prova imprescindível para contestar a declaração da segurada, e que não foi realizado pela seguradora.

(...)

Nesse contexto, cabe ao juízo de piso analisar se a prova é útil ao deslinde do feito, de forma que, no caso vertente, foi colacionado aos autos farta prova documental que permite a análise dos fatos e suficientes ao pleno convencimento do julgador, não restando configurado o cerceamento do direito de defesa.

(...)

A apelante afirma a má-fé da segurada por ter omitido informações médicas quando da contratação. Entretanto, como bem asseverado pelo magistrado sentenciante, a anunciada obesidade mórbida e a incompatibilidade das informações prestadas poderiam ser verificadas com a realização do exame clínico da segurada, ao assim não proceder, assumiu o risco inerente ao seu negócio.

A seguradora, cuja atividade empresarial objetiva o lucro, tinha o dever de, pelo menos, exigir da ex-segurada a realização de exames clínicos antes de aprovar a contratação, eis que aceitando a proposta, e tendo recebido o pagamento da mensalidade, não seria razoável acusar a má-fé da contratante, a fim de se eximir da obrigação assumida. É cômoda demais sua posição de esperar o sinistro ocorrer para, no momento da indenização devida, eximir-se da obrigação com o pretexto de ter havido má-fé, auferindo renda durante o período contratual.

Diante da não comprovação de má-fé da segurada, somada à

Superior Tribunal de Justiça

falta de exames clínicos de admissão da ex-segurada, o pagamento da indenização securitária aos beneficiários se impõe, porque a recusa implica afronta aos princípios da função social do contrato e da boa-fé objetiva, nos termos dos artigos 421 e 422 do Código Civil" (fl. 922/923 e-STJ).

Dessa forma, rever o entendimento do acórdão impugnado implicaria o reexame de cláusulas contratuais e do contexto fático-probatório, procedimento inadmissível em âmbito de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ.

Ademais, a jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que a não realização de exames prévios de admissibilidade do contratante ao plano de seguro implica, em princípio, a assunção do risco pela seguradora e, consequentemente, sua responsabilização por eventual sinistro. Não pode, portanto, a seguradora - que não exigiu exames médicos previamente à contratação - descumprir a obrigação indenizatória sob a alegação de que houve omissão de informações pelo segurado quanto à doença preexistente, salvo quando restar comprovado que ele agiu de má-fé, ou seja, com o propósito deliberado de macular o contrato, sonegando ou alterando informações relevantes a respeito do seu estado de saúde e induzindo a seguradora a erro com o intuito de locupletar-se ilicitamente.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. 3. DOENÇA PREEXISTENTE. CLÁUSULA DE CARÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONSIGNOU PELA AUSÊNCIA DE PROVAS CONCRETAS DO CONHECIMENTO PRÉVIO DA MOLÉSTIA PELA SEGURADA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CLARA E PRECISA DO DISPOSITIVO QUE TERIA SIDO VULNERADO PELO ACÓRDÃO ESTADUAL. SÚMULA 284 DO STF. 5. AGRAVO IMPROVIDO. (...)

3. Em relação à cobertura de doença preexistente, esta Corte tem entendido que é abusiva a recusa à cobertura de tratamento necessário ao segurado, ainda que se fundamente em doença preexistente, em que a administradora do plano não exigiu exames prévios de admissão, e não está demonstrada a inequívoca má-fé do consumidor, como ocorreu no caso dos autos.

3.1. Reverter a conclusão do Tribunal local, no sentido de que não há nos autos nenhum elemento capaz de comprovar que a recorrida tinha conhecimento da existência da doença e que dificilmente o quadro clínico de pneumonia passaria incólume pelos médicos da agravante, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Quanto ao pedido de redução dos honorários sucumbenciais, a falta de indicação do dispositivo legal que teria sido eventualmente violado faz incidir à hipótese o teor da Súmula n. 284 do STF, por analogia. (É inadmissível o

Superior Tribunal de Justiça

recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

5. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1.224.597/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/4/2018, DJe 18/4/2018) - grifou-se.

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. RECUSA DE TRATAMENTO. PERÍODO DE CARÊNCIA. URGÊNCIA. ÍNDOLE ABUSIVA. DOENÇA PREEXISTENTE. AUSÊNCIA DE EXAMES CLÍNICOS. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO, AINDA QUE IMPLÍCITO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

3. A jurisprudência deste Sodalício orienta que a cláusula contratual que prevê prazo de carência para utilização dos serviços prestados pelo plano de saúde não é considerada abusiva, desde que não obste a cobertura do segurado em casos de emergência ou urgência, como no caso dos autos.

4. A jurisprudência desta Corte Superior se orienta no sentido de que a doença preexistente só pode ser oposta pela seguradora ao segurado mediante a realização de prévio exame médico ou prova inequívoca de sua má-fé.

5. (...)

6. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 964.858/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe 23/8/2018).

Incidência, portanto, da Súmula nº 568/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para 20% (vinte por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator